

## AS NOÇÕES DE LINGUAGEM E CIÊNCIA DE HOBBS E ARISTÓTELES E A POSSÍVEL CRÍTICA DE SÁNCHEZ A AMBAS

Marcos Roberto Santos Pereira<sup>118</sup>

**Resumo:** Aquele que lê o capítulo quatro do *Leviatã* de Thomas Hobbes sem conhecer o *Da interpretação* de Aristóteles, talvez se espantasse com a grande semelhança que há entre as concepções de linguagem desses autores. Isto porque, em meio à apresentação da maneira como concebe a linguagem, Hobbes nos revela lampejos críticos voltados contra a escolástica e à autoridade com que alguns autores foram revestidos, tais como Aristóteles. Contudo, essa aparente discordância não resiste por muito tempo quando nos voltamos para a obra aristotélica e já de início temos uma concepção de linguagem cujas bases são as mesmas da de Thomas Hobbes. Este paralelismo se aprofunda ainda mais quando compreendemos que a linguagem como entendida por eles têm um aspecto basilar para as suas respectivas concepções de ciência, que, justamente por isso também se assemelham. Um exemplo disso é o uso que Hobbes faz da terminologia científica aristotélica. Assim sendo, dadas as semelhanças teóricas entre os autores, as críticas veiculadas contra um deles pode ser voltada também para o outro. É justamente isso que acontece no caso das críticas que Francisco Sanchez apresenta contra a concepção aristotélica de linguagem em seu *Que nada se sabe*. E para entendermos como isso se dá, precisamos antes traçar os paralelos entre Thomas Hobbes e Aristóteles.

**Palavras-chave:** Linguagem, Ciência, Aristóteles, Hobbes, Sanchez.

**Abstract:** Anyone reading chapter four of Thomas Hobbes's *Leviathan* without knowing Aristotle's *On interpretation* might be surprised by the great similarity between these authors' conceptions of language. This is because, in presenting his own conception of language, Hobbes reveals strong criticisms of scholasticism and the authority conferred on some authors, such as Aristotle. However, this apparent divergence does not last long when we turn to Aristotle's work and immediately find a conception of language whose foundations are the same as Thomas Hobbes's. This parallelism deepens even further when we understand that language, as understood by them, has a fundamental aspect for their respective conceptions of science,

---

<sup>118</sup> Graduado em filosofia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), mestre em metafísica pela Universidade de Brasília (UnB) e doutorando em filosofia também pela UFS; com pesquisa nas áreas da física e da lógica de Aristóteles, e na tradição de comentários a este filósofo. Além de falar sobre rap e quadrinhos nas horas vagas. marcosrsp.philosophia@gmail.com.

which, precisely for this reason, also resemble each other. An example of this is Hobbes's use of Aristotelian scientific terminology. Therefore, given the theoretical similarities between the authors, the criticisms directed at one of them can also be directed at the other. This is precisely what happens in the case of the criticisms that Francisco Sanchez presents to the Aristotelian conception of language in his work *That Nothing is Known*. And to understand how this occurs, we first need to draw parallels between Thomas Hobbes and Aristotle.

**Keywords:** Language, Science, Aristotle, Hobbes, Sanchez.

Aquele que lê o capítulo quatro do *Leviatã* de Thomas Hobbes sem conhecer o *Da interpretação* de Aristóteles, talvez se espantasse com a grande semelhança que há entre as concepções de linguagem desses autores. Isto porque, em meio à apresentação da maneira como concebe a linguagem, Hobbes nos revela lampejos críticos voltados contra a escolástica e à autoridade com que alguns autores foram revestidos, tais como Aristóteles. Contudo, essa aparente discordância não resiste por muito tempo quando nos voltamos para a obra aristotélica e já de início temos uma concepção de linguagem cujas bases são as mesmas da de Thomas Hobbes. Assim sendo, dadas as semelhanças teóricas entre os autores, as críticas veiculadas contra um deles pode ser voltada também para o outro, e é justamente isso que acontece no caso das críticas que Francisco Sanchez apresenta contra a concepção aristotélica de linguagem em seu *Que nada se sabe*. Mas, para entendermos como isso se dá, precisamos antes traçar os paralelos entre Thomas Hobbes e Aristóteles.

Conhecido principalmente por sua teoria política, não é incomum que a leitura do *Leviatã* de Thomas Hobbes se concentre no seu panorama do homem em estado de natureza e da passagem deste para o estado civil. Antes de se voltar para estes temas, contudo, o autor se volta para a elaboração de um quadro dos aspectos centrais da constituição humana e daqueles relacionados a ela. O intuito que Hobbes tem com isto é fazer com que sua concepção política derive necessariamente da natureza constitutiva do homem. Um dos aspectos relacionados a essa natureza é a linguagem, que desempenha um papel central na constituição do estado civil:

Mas a mais nobre e útil de todas as invenções foi a da linguagem, que consiste em *nomes* ou *designações* e nas suas conexões, pelas quais os homens registram os seus pensamentos, os recordam, depois de passarem e também os manifestam uns aos outros para a utilidade e conveniência, sem o que não haveria entre os homens nem república, nem sociedade, nem contrato, nem paz, tal como não existem entre os leões, os ursos e os lobos. (HOBBS, 2014, ps. 29-30. Grifos do autor)

Portanto, sem linguagem, o pacto que conduz o homem de seu estado de natureza para a constituição de um estado civil não é possível. Isto é, sem a adoção de nomes ou designações e suas conexões uns com os outros, o homem não é capaz de se ver livre daquele estado de guerra de todos contra todos. Contudo, esta definição de linguagem, por si só, não é bastante esclarecedora. É a partir de seus usos e posteriores comparações que Hobbes clarifica como a compreende.

A certa altura do capítulo quatro o autor envereda pela tipificação dos usos e abusos da linguagem. Segundo o autor, ela teria um uso geral, que se ramificaria em quatro usos específicos, e a estes corresponderiam quatro abusos. Todos eles sendo, posteriormente, reduzidos à correta ou incorreta definição de nomes. É nesse contexto que o autor nos afirma que:

O uso geral da linguagem consiste em passar o nosso discurso mental para um discurso verbal, ou a cadeia dos nossos pensamentos para uma cadeia de palavras. E isto com duas vantagens, uma das quais consiste em registrar as sequências dos nossos pensamentos, os quais, podendo escapar da nossa memória e deste modo dar-nos mais trabalho, podem ser novamente recordados por aquelas palavras com que foram marcados. De maneira que o primeiro uso dos nomes consiste em servir de *marcas* ou *notas* de lembrança. (HOBBS, 2014, ps. 30-31. Grifos do autor)

Assim, antes de tudo, a linguagem surge como um aparato mnemônico, pelo qual conseguimos recordar com mais facilidade. Isto acontece justamente porque os nomes com os quais se marcam aquilo que se pretende recordar acabam por substituir a figura mental do objeto que nomeiam. E isto se evidencia, segundo Hobbes, principalmente pelo uso das palavras que designam números. Uma pessoa que conhecesse apenas a palavra “um”, poderia se voltar para um relógio analógico e falar “um” a cada tic-tac ou a cada movimento do ponteiro, mas jamais conseguiria dizer que horas são (HOBBS, 2014, p. 33).

Dito isso, se torna evidente que a linguagem, para Thomas Hobbes, não é somente um elemento central na constituição do estado ou uma ferramenta auxiliar da recordação, mas também a pedra base de toda estrutura de conhecimento mais sofisticado. As horas, a aritmética, geometria, lógica, política e o direito só puderam ser criados, e só podem ser aprendidos, por conta da linguagem. Isto porque ela permite uma universalização dos fatos por meio dos nomes: “E assim, a consequência descoberta num caso particular passa a ser registrada e recordada como uma regra universal [...] e faz que aquilo que se descobriu ser verdade *aqui* e *agora* seja verdade em *todos os tempos e lugares*.” (HOBBS, 2014, p.33. Grifos do autor)

Daí que “triângulo” é um nome que designa uma figura de 3 lados cuja soma dos ângulos internos é igual a 180 graus. A partir do momento que uma pessoa que tem tal conhecimento se

depara com uma figura de 3 lados, ela sabe que tal figura é um triângulo e que a soma dos seus ângulos internos é igual a 180 graus. Aquele que não possui tal conhecimento, segundo Hobbes (2014, p. 33), precisaria calcular e somar os ângulos da figura apresentada. Além disso, se primeiro lhe fosse apresentado um triângulo equilátero e em seguida um isósceles, por mais semelhantes que fossem, ele novamente calcularia e somaria os ângulos se quisesse saber o total. Portanto também as ciências dependem dessa ferramenta de doação de nomes. É a partir dela que se torna possível a característica distintiva do discurso teórico-científico, a universalidade.

Este caráter universal, obviamente, não é o único presente na caracterização da ciência. Contudo, é a partir dele que outro aspecto central desta caracterização se manifesta, a saber a capacidade preditiva. Segundo Hobbes: “...a *ciência* é o conhecimento das consequências, e a dependência de um fato em relação a outro; e por esse intermédio, a partir daquilo que presentemente fazemos, sabemos como fazer qualquer outra coisa...” (2014, p.44). Isto é, as relações de causa e efeito que a ciência estabelece permite que consigamos prever as consequências de um determinado ato e que possamos replicá-lo, a ele e seu efeito, quando e onde quisermos. Isto só é possível a partir do que o autor chama de razão ou cálculo de nomes, entendendo “nomes” em um sentido amplo.

Conforme nos relata o filósofo (2014, p.33), existem nomes comuns ou universais (aqueles que se aplicam a várias coisas, tais como “homem”) de maior ou menor extensão. O nome ser vivo, por exemplo, abrange o nome homem. E, além destes, existem nomes de mesma extensão, ou seja, nomes que se implicam mutuamente, tais como “homem” e “racional”. Por conta destas conexões, frases como “o homem é um ser vivo” são possíveis, e neste caso verdadeira. A partir disso podemos somar à afirmação anterior uma outra: Sócrates é um homem, e daí extraímos como resultado a igualdade “Sócrates é um ser vivo”. É a isto que Hobbes chama de cálculo de nomes ou razão:

*Sujeito aos nomes* é tudo aquilo que pode entrar, ou ser considerado, num cálculo, e ser acrescentado um ao outro para fazer uma soma, ou subtraído um do outro e deixar um resto. Os latinos chamavam aos cálculos de moeda *rationes* e ao cálculo *ratiocinatio*, e aquilo que nós em contas ou livros de cálculo denominamos *itens* chamavam *nomina*, isto é, nomes; e daí parece resultar a extensão da palavra *ratio* [razão] à faculdade de contar em todas as outras coisas. (HOBBS, 2024, p. 35. Grifos do autor)

O mesmo ocorre na aritmética, geometria e todas as outras ciências. Se na lógica, adicionamos um termo a outro através do verbo ser e assim obtemos uma afirmação como resultado, na aritmética adicionamos 2 a 2 para obtermos 4, e ainda aqui estamos lidando com

nomes no sentido apresentado. Portanto, Hobbes entende a lógica e as ciências como adição e subtração, seja de números, ângulos, forças, pesos, termos e etc... Por isso, no capítulo 5 do *Leviatã*, ele define a razão deste modo: “Pois RAZÃO, neste sentido, nada mais é do que cálculo (isto é, adição e subtração) das consequências de nomes gerais estabelecidos para *marcar* e *significar* os nossos pensamentos.” (HOBBS, 2014, ps. 39-40. Grifos do autor).

Como visto anteriormente, Hobbes entende que a universalidade possibilitada pela linguagem permite que não nos restrinjamos ao tempo e espaço durante o qual um determinado fato acontece. É isso que nos permite afirmar que a soma dos ângulos internos de um triângulo é igual a 180 graus, mas também que, ao soltarmos um livro de nossas mãos, ele cairá. Isto é, os nomes, ou a universalidade que a adoção de nomes e designações permite, é o que está por trás da nossa capacidade mais desenvolvida de predição. E a isto corresponde um dos usos especiais da linguagem:

Os usos especiais da linguagem são os seguintes: em primeiro lugar, registrar aquilo que por cogitação descobrimos ser a causa de qualquer coisa, presente ou passada, e aquilo que achamos que as coisas presentes ou passadas podem produzir ou causar, o que em suma é adquirir artes. (HOBBS, 2014, p. 31)

E ainda: “A linguagem serve para a recordação das sequências de causas e efeitos, por meio da imposição dos nomes e da *conexão* destes” (HOBBS, 2014, p.31. Grifos do autor)

Disto é possível perceber que a razão e a ciência não se restringem aos fatos, mas os extrapolam. A universalidade e a predição só existem por conta da linguagem. Assim sendo a razão e a ciência só são possíveis por conta dela. Portanto, não é exagero afirmar que estas faculdades não lidam com os fatos, visto que eles têm tempo e espaço muito bem determinados. Hobbes afirma que, ao contrário da sensação e da memória, que são conhecimentos do fato, a ciência diz respeito às consequências ou resultados obtidos no cálculo dos nomes e à universalidade das relações de causa e efeito (2014, p. 44). E como vimos anteriormente, estas características são irremediavelmente dependentes da adoção de nomes. O universal só existe no âmbito da linguagem e as relações de causa e efeito são, antes de tudo, relações nominais. Quanto a isso Hobbes é claro: “...nada havendo no mundo de universal além de nomes, pois as coisas nomeadas são, cada uma delas, individuais e singulares.” (HOBBS, 2014, p. 32). E, para além do que já citamos sobre a capacidade preditiva:

...[o homem] ao conceber qualquer coisa, é capaz de inquirir as consequências disso e que efeitos pode obter com isso. E agora acrescento este outro grau da mesma excelência: ser capaz, por meio das palavras, de reduzir as consequências que descobre a regras gerais chamadas *teoremas* ou *aforismos*...(HOBBS, 2014, p.42. Grifos do autor).

Por isso, nos diz Hobbes, que o uso da razão não começa pelo cálculo dos nomes, mas sim pela retidão das definições utilizadas (2014, p.40) e chega a chamá-las de princípios de uma ciência (2014, p. 44). Igualmente, o autor exorta aqueles que buscam conhecimento verdadeiro, visto que a verdade é do âmbito exclusivo da linguagem, a sempre lembrarem o significado de cada palavra utilizada (2014, p. 34). Nos diz também que é na filosofia que os absurdos ocorrem em demasia, para além das outras ciências, visto que, segundo o autor, pouco se preocupam os filósofos em apresentar os significados das palavras utilizadas em suas teorias. Por fim, a razão não nasce conosco, mas sim que é conquistada, tendo como primeiro degrau dessa conquista a correta adoção de nomes (2014, p. 43) e, justamente por isso, os bebês não são dotados senão da capacidade de desenvolverem esta faculdade (2014, p. 44)

A essa altura, os paralelos com Aristóteles já são manifestos, e fica claro que as críticas que Hobbes desenvolve não são voltadas de fato contra ele, mas sim contra a escolástica. E isso se manifesta pelo próprio vocabulário utilizado por Hobbes. Ao afirmar que a sensação e a memória são conhecimentos do particular e do fato (em contraponto à ciência, que é universal e de causas) o autor não está apenas se valendo da divisão do conhecimento como apresentada por Aristóteles no início da sua *Metafísica*, mas também dos mesmos termos que tradicionalmente são usados ao lidar com sua filosofia: “Os empíricos conhecem o puro dado do fato, mas não seu porquê; ao contrário, os outros [os que possuem sapiência] conhecem o porquê e a causa.” (*Met.* 1 1, 981a 28-30). E também: “...as sensações são, por excelência, os instrumentos de conhecimento dos particulares [...] não dizem, por exemplo, por que o fogo é quente, apenas assinalam o fato de ele ser quente.” (*Met.* 1 1, 981b 11-13).

No que diz respeito à verdade, ambos também concordam ao afirmar que o verdadeiro e o falso são do âmbito linguístico e surgem, como afirma Hobbes (2014, p.33) quando dois nomes estão conectados um ao outro por uma afirmação. O que vemos expresso em Aristóteles da seguinte maneira: “O falso e o verdadeiro existem na composição e na separação. Os nomes e os verbos, por eles mesmos, parecem o pensamento sem composição ou separação, como homem ou branco, quando não se anexa alguma coisa a eles.” (*Int.* 1 1, 16a 12-15)

Ainda mais evidente é o paralelismo observado na compreensão aristotélica da linguagem, expressa no *Da interpretação*:

Há os sons pronunciados que são símbolos das afecções na alma, e as coisas que se escrevem que são os símbolos<sup>2</sup> dos sons pronunciados. E, para comparar, nem a escrita é a mesma para todos, nem os sons pronunciados são os mesmos, embora sejam as afecções da alma - das quais esses são os sinais<sup>3</sup> primeiros - idênticas para todos, e também são precisamente idênticos os objetos de que essas afecções são as imagens. (*Int.* 1 1, 16a 3-8).

E também: “O nome é um som articulado e significativo, conforme convenção e sem o tempo, e do qual nenhuma parte separada é significativa.” (*Int.* 1 1, 16a 19-21).

Assim, tanto Hobbes quanto Aristóteles consideram os nomes como símbolos daquilo que se encontra na mente, e concebem a linguagem como algo convencionado. Ou seja, eles a enxergam como uma invenção, e, portanto, artificial. O que, por sua vez, faz das línguas e da diversidade que existe entre elas uma expressão própria de um determinado contexto cultural. Apesar disso, Hobbes afirma que Deus foi o primeiro inventor da linguagem e que ensinou a Adão a maneira correta de nomear as coisas (2014, p.30). Contudo, qualquer lampejo de naturalismo (vertente que defende que os nomes se ligam essencialmente às coisas que nomeiam) que poderíamos ter aqui é sobrepujado imediatamente pela explanação de que, primeiro, Adão não se restringiu aos nomes apresentados por Deus e criou outros por conta própria, e, segundo, que toda essa linguagem se perdeu quando da queda da torre de Babel.

Estas semelhanças aproximam bastante as teorias da linguagem e da ciência concebidas pelos nossos autores, mas nem por isso deixa de haver dessemelhanças. Ao contrário de Hobbes, Aristóteles não estabelece uma relação clara entre linguagem e ciência. Provavelmente porque o que se passou a compreender como linguagem, em Aristóteles, era apenas um germen a ser desenvolvido. Aquilo que pode ser apresentado como a teoria da linguagem de Aristóteles também se confunde com uma ontologia, e assim, a tarefa de descortinar aquela teoria não é das mais fáceis. Contudo, nada disso é impeditivo para que consigamos enxergar nas obras de Aristóteles as passagens em que ele expressa o que pensa a respeito da linguagem, mesmo que envolva de ontologia.

Portanto, apesar de não evidente, é possível traçarmos a relação entre linguagem e ciência em Aristóteles, ao menos o suficiente para o propósito aqui almejado. E para tanto, um vislumbre disso pode ser observado no *Da interpretação*:

Mas, uma vez que, dentre as coisas existentes, umas são universais, outras singulares, denomino de universal aquilo que naturalmente é predicado em muitas coisas, e de singular aquilo que não é, por exemplo: homem pertence às coisas universais e Cálidas às singulares. (*Int.* 1 1, 17 a37-17 b1).

Apesar do que pode parecer inicialmente, as tais “coisas existentes” não se referem a seres, sensíveis ou não. Isto se evidencia pela consulta ao texto grego, no qual consta a expressão *των πραγμάτων*, cujo significado é algo como, simplesmente, “coisas”, sem que esteja aqui envolvido o qualificativo “existentes”. Conseguimos compreender ao que Aristóteles se refere aqui quando entendemos que essas tais coisas são predicadas de vários,

pois a predicação não é senão uma ferramenta de linguagem. Obviamente, como dito antes, linguagem e ontologia se mesclam aqui e é claro que, e alguma medida, Aristóteles está se referindo de fato aos seres. Mas isso só ocorre à medida em que aquilo que se predica é uma característica deles. Ou seja, a ontologia implicada aqui só o é de modo secundário. O interesse imediato de Aristóteles é a conexão dos nomes uns com os outros e o cálculo que se pode fazer de um apanhado de conexões. Portanto, como diria Hobbes, não existe nada universal no mundo, a não ser os nomes. E, como de fato diz Aristóteles:

Mesmo que a sensação tenha por objecto uma qualidade, e não apenas uma quiddidade, temos de sentir pelo menos necessariamente tal coisa determinada, num lugar, e num tempo definidos. Mas o que é universal, o que se aplica a todos os casos, é impossível de perceber, pois o universal não é, nem algo de determinado, nem um tempo determinado, de outro modo não seria universal, porque designamos por universal o que é sempre e em toda a parte. (*An.Post.* 1 31, 87b 28-33)

Assim, mesmo essa pequena dessemelhança entre Hobbes e Aristóteles é facilmente convertida em semelhança. E dela decorre a relação entre linguagem e a segunda característica da ciência, a causa. Aqui novamente nos deparamos com certa dificuldade, pois aquilo que os antigos entendiam por “causa” era mais abrangente do que a mera relação mecanicista que hoje está em voga. Para Aristóteles, esta noção corresponderia apenas a um dos quatro tipos de causa, qual seja, o eficiente. Mas mesmo aqui, por meio dos universais a relevância da linguagem para a ciência é garantida:

Se a demonstração é o silogismo que prova a causa e o porquê, o universal é mais causa (o que possui um predicado por si mesmo é por si mesmo a causa da predicação; ora, o universal é um sujeito primeiro; a causa é, portanto, universal). (*An.Post.* 1 24, 85b 23-27)

Isso se deve ao fato de que a causa é um recurso lógico-explicativo, identificado por Aristóteles como o termo médio de um silogismo. (*An.Post.* 2 1, 90a 7) e o meio pelo qual ela consegue suprir essa capacidade explicativa é através de um recuo do fato em questão para o universal do qual ele participa. Por exemplo, a mortalidade do homem se deve ao fato de ele ser um ser vivo, assim, a causa de Sócrates ser mortal é ele ser um ser vivo. Assim, também a respeito da causa, é a universalidade possibilitada pela linguagem que esse aspecto se manifesta como característico da compreensão aristotélica de ciência.

Tudo isto é perceptível para Francisco Sanchez, que em seu *Que nada se sabe* é veementemente contrário a qualquer “teoria” da linguagem e a qualquer possibilidade de conhecimento. Filósofo português do séc. XVI, Sanchez enxerga na linguagem uma base instável sobre a qual o conhecimento se sustenta. E, portanto, a derrocada das bases linguísticas culmina na queda do edifício do conhecimento. É a isto que Sanchez se propõe, e para tanto

ataca as concepções naturalistas e convencionalistas da linguagem. Quanto ao convencionalismo aristotélico os problemas surgem de imediato:

Tomemos as coisas por seu nome, pois para mim, toda definição é nominal, e quase toda questão o é. Me explico: não podemos conhecer a natureza das coisas [...] Disso se segue que nada se sabe. E, se não as conhecemos, como podemos demonstrá-las? Você diz, no entanto, que é a definição que demonstra a natureza das coisas [...] Você garante que pode definir essa realidade que é o homem com esta definição: animal, racional, mortal. Eu o nego. Pois duvido da palavra animal, da palavra racional e da outra. Por sua vez, você definirá estas coisas pelos gêneros superiores e as diferenças, como você diz, até chegar ao ente. (SANCHEZ, 1977, p.50. Tradução nossa).

O ataque à filosofia aristotélica é frontal. Aqui Sanchez se volta contra a teoria da definição de Aristóteles, segundo a qual a essência de algo é apresentada quando o definimos e que esta definição é a união de dois tipos de predicados, o gênero e a diferença: “Uma definição é uma frase que significa a essência de uma coisa” (*Top.* 1 5, 101b 39-102<sup>a</sup> 1). E também: “E nas definições não está contido nada além do gênero primeiro e das diferenças.” (*Met.* 7 12, 1037b 29-30). O problema aqui levantado é que essa essência manifestada pelo gênero e diferença de uma determinada espécie não encontra respaldo empírico. Termos como “animal” e “racional”, como vimos anteriormente, são próprios da linguagem, justamente por serem universais. Deste modo, o respaldo empírico daquilo a que eles supostamente se refeririam não existe. E a partir disto, a definição de uma simples palavra, como “homem” recua ao infinito, pois se sustenta em palavras cujos significados se apoiam em outras e assim sucessivamente. Isto se evidencia pelo recuo ao termo “ente”, cujo significado nem mesmo Aristóteles é capaz de apresentar com indiscutível clareza e estabilidade.

O mesmo se aplica, especificamente, à noção de causa:

É preciso conhecer todas as causas para conhecer as coisas? De modo algum é preciso conhecer as eficientes, pois no que contribui meu pai para o conhecimento de mim? E, por outro lado, quando poderia acabar? Pois, se quer conhecer perfeitamente o causado, também teria que conhecer perfeitamente as causas. (SANCHEZ, 1977, p.78. Tradução nossa).

Daí que tanto as coisas quanto as próprias palavras não podem ser conhecidas. Aquelas por conta do precipício que há entre elas e as palavras que pretendem significá-las, e estas porque não há estabilidade alguma quanto ao que querem dizer. Assim, segundo Sanchez:

Tudo o que há na *Metafísica* de Aristóteles e em suas outras obras é definição de nomes. Daí que, praticamente, tudo é questão de nome: [por exemplo], se a substância se diz do homem e assim de outras coisas. De forma que, como ninguém pode saber nada com certeza, não existe ciência alguma, seja das coisas seja das palavras. (SANCHEZ, 1977, p. 62. Tradução nossa).

Assim, os universais ou a universalidade possibilitada pela linguagem, que está na base da ciência e da própria concepção de causa, não são vistos senão como uma fantasia de

Aristóteles: “Pois aos nomes mais gerais chamam gêneros; a outros, espécies, diferenças, próprios, indivíduos... se pergunta o que é isto, te direi que é algo geral, abstraído pelo entendimento; uma ficção de Aristóteles muito parecida com as ideias de Platão.” (SANCHEZ, 1977, p. 56. Tradução nossa).

Portanto, a ciência aristotélica, por ser um conhecimento de universais e de causas, é, consequentemente, um conhecimento ficcional, irreal, inexistente. Por sua vez, dadas as semelhanças apresentadas anteriormente entre as concepções de Aristóteles e Hobbes, a mesma crítica se volta contra o inglês. E isto faz da sua exortação por buscar a verdade e a ciência a partir da correta adoção e significação dos nomes algo impossível de se realizar, o que faz dele mais um daqueles filósofos que ele mesmo critica por não fornecerem o significado dos nomes que usam, aqui inclusos o próprio Aristóteles e os escolásticos.

### Referências bibliográficas

- ANGIONI, Lucas. *Ontologia e predicação em Aristóteles*. 2 ed. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2003.
- ARISTÓTELES. *Analíticos Posteriores*. 1 ed. Trad. Pinharanda Gomes. Lisboa: Guimarães Editora, 1987, v.4
- \_\_\_\_\_. *Da interpretação*. 1 ed. Trad. José Veríssimo Teixeira da Mata. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- \_\_\_\_\_. *Metafísica*. 2 ed. Trad. Giovanni Reale. São Paulo: Loyola, 2014, v. 2.
- \_\_\_\_\_. *Tópicos*. Coleção **Os pensadores**, vol. IV. 1 ed. Trad. Leonel Wallandro e Gerard Bornheim. São Paulo: Abril S/A Cultural e Industrial, 1973.
- CORRÊA, André do Nascimento; BRITO, Rodrigo Pinto de. Um estudo de *Quid Nihil Scitur* de Francisco Sanches (1550-1622). **Sképsis: Revista de Filosofia**, s/l, vol. XIV, n. 26, pp. 1-20, 2023. Disponível em: <https://philarchive.org/rec/BRIUED>. Acesso em: 16/11/2024.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã*. 3 ed. Trad. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- SANCHEZ, Francisco. *Que nada se sabe*. 1 ed. Trad. Carlos Melizo. Buenos Aires: Aguilar, 1977.
- VAZQUEZ, Manuel B. Plato's and Aristotle's Language Critique in Francisco Sanchez's *That Nothing is Known*. **Humanities**. Basel, Switzerland. v.1, n.3. pp. 192-204. dez. 2012. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2076-0787/1/3/192>. Acesso em: 16/11/2024.

WHEELER, Mark R. The Parts of Definitions, Unity and Sameness in Aristotle's Metaphysics. **The Society for Ancient Greek Philosophy Newsletter**. New York. S/v., s/n. pp. 123-149. dez. 1994. Disponível em: <https://orb.binghamton.edu/sagp/318/>. Acesso em: 18/11/2024.